

**No. 47439**

---

**Argentina  
and  
Brazil**

**Supplementary Agreement to the Agreement on technical cooperation between the Government of the Argentine Republic and the Government of the Federative Republic of Brazil concerning the implementation of the project “Construction of Family Cisterns and Social Validation of Vegetable Crops in Haiti”. Madrid, 30 November 2006**

**Entry into force:** *30 November 2006 by signature, in accordance with article X*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Argentina, 21 April 2010*

---

**Argentine  
et  
Brésil**

**Accord complémentaire à l'Accord de coopération technique entre le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil relatif à la mise en œuvre du projet “Construction de citernes familiales et validation sociale des cultures maraichères à Haïti”. Madrid, 30 novembre 2006**

**Entrée en vigueur :** *30 novembre 2006 par signature, conformément à l'article X*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Argentine, 21 avril 2010*

[ PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS ]\*

**Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil para Implementação do Projeto “Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti”**

O Governo da República Argentina e

O Governo da República Federativa do Brasil

(doravante denominados “Partes”),

Considerando o Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil, firmado em 9 de abril de 1996;

Considerando o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em Prol do Haiti, firmado em 23 de maio de 2006;

Considerando o desejo mútuo de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento, sobre a base de relações horizontais de benefício mútuo e para terceiros países;

Considerando que a cooperação técnica na área de agricultura e gestão de recursos hídricos para irrigação e consumo humano reveste-se de especial interesse para as Partes ,

Acordam o seguinte:

**ARTIGO I**

1. O Projeto conjunto “Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivos de Hortaliças no Haiti, de agora em diante denominado o “Projeto”, se desenvolverá sobre a base das atividades do projeto argentino “Autoprodução de Alimentos Frescos – Pró-Horta Haiti”, que se executa no Haiti desde setembro de 2005.

2. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do Projeto, cuja finalidade é a execução das seguintes atividades pela parte brasileira:

-----  
\*The Portuguese text is missing part of Article I.2 a). Printed as submitted.

de Projeto mencionado no parágrafo 3 do presente artigo, na comunidade de Balan e em outras localidades que possam ser acordadas;

b) Disponibilizar aos beneficiários kits de ferramentas para hortas familiares na comunidade de Balan e em outras localidades que possam ser acordadas;

c) Capacitar agentes multiplicadores haitianos na construção de cisternas domiciliares e gestão ecológica e integrada do uso da água potável;

d) Construir cisternas familiares em Balan e em outras localidades que possam ser acordadas;

e) Avaliar a qualidade físico-química e microbiológica das águas das comunidades nas quais se executem atividades do Projeto; e

f) Efetuar o acompanhamento do processo iniciado nas ações supramencionadas.

3. As Partes elaborarão de comum acordo um “Documento de Projeto” onde se especificarão as atividades a realizar por cada instituição envolvida, o orçamento, e qualquer questão que resulte pertinente para a execução do Projeto.

4. O Documento de Projeto contará com a aprovação do Governo do Haiti e será aprovado e assinado pelas instituições coordenadoras e executoras.

## ARTIGO II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e

b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar que estejam a seu cargo no Documento de Projeto

2. O Governo da República Argentina designa:

a) A Direção Geral de Cooperação Internacional do Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto, como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e o

- b) o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), como instituição responsável pela execução das atividades derivadas do presente Ajuste Complementar que estejam a seu cargo no Documento de Projeto.

### ARTIGO III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

- a) Definir, em conjunto com a instituição executora, os termos de referência da participação brasileira;
- b) Consensuar o Documento de Projeto com a instituição coordenadora da República Argentina, conforme artigo I, parágrafo 3;
- c) Garantir as contribuições que lhe correspondam conforme o Documento de Projeto;
- d) Supervisionar a execução do Projeto;
- e) Solicitar relatórios às instituições designadas para a execução com vistas ao desempenho de suas atribuições, em relação ao monitoramento e avaliação dos trabalhos em desenvolvimento;
- f) Efetuar consultas com as instituições executoras a fim de avaliar a necessidade de modificações e ajustes necessários ao bom andamento dos trabalhos; e
- g) Informar e consensuar a instituição coordenadora da República Argentina todas aquelas atividades que as instituições coordenadora e executora brasileiras desenvolvem no âmbito do Projeto.

2. Ao Governo da República Argentina cabe:

- a) Definir, em conjunto com a instituição executora, os termos de referência da participação argentina;
- b) Consensuar o Documento de Projeto com a instituição coordenadora da República Federativa do Brasil, conforme artigo I, parágrafo 3;
- c) Garantir as contribuições que lhe correspondam conforme o Documento de Projeto;
- d) Supervisionar a execução do Projeto;

- e) Solicitar relatórios às instituições designadas para a execução com vistas ao desempenho de suas atribuições, em relação ao monitoramento e avaliação dos trabalhos em desenvolvimento.;
- f) Efetuar consultas com as instituições executoras a fim de avaliar a necessidade de modificações e ajustes necessários ao bom andamento dos trabalhos; e
- g) Informar e consensuar a instituição coordenadora da República Federativa do Brasil todas aquelas atividades que as instituições coordenadora e executora argentinas desenvolvem no âmbito do Projeto.

#### **ARTIGO IV**

Os custos de implementação do presente Ajuste Complementar serão compartilhados pelas Partes, com base no Documento de Projeto, e considerando os princípios de equivalência e reciprocidade mencionados no artigo VIII do Acordo de Cooperação Técnica e Científica.

#### **ARTIGO V**

Na execução das atividades previstas no Projeto objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

#### **ARTIGO VI**

Todas as atividades mencionadas nesse Ajuste Complementar estarão sujeitas à legislação interna das Partes e aos acordos internacionais em vigor para a República Federativa do Brasil e para a República Argentina..

#### **ARTIGO VII**

Os assuntos relacionados aos direitos de propriedade intelectual dos resultados, produtos e publicações provenientes deste Ajuste Complementar serão tratados de acordo com leis vigentes em ambos os países.

#### **ARTIGO VIII**

1. As Partes poderão tornar públicas para a comunidade técnica e científica internacional informações sobre os produtos e as patentes derivados das atividades de cooperação resultantes do presente Ajuste Complementar, sempre que seja previamente acordado por escrito.

2. Em qualquer situação deverá ser especificado que tanto as informações como os produtos proporcionados são resultado dos esforços conjuntos realizados pelas instituições executoras de cada uma das Partes.

#### **ARTIGO IX**

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras, que procederão ao seu posterior intercâmbio.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial dos documentos de trabalho será elaborada no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser expressamente consultadas, científicas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

#### **ARTIGO X**

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá vigente por 2 (dois) anos, sendo renovado automaticamente, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes Contratantes com 6 (seis) meses de antecipação.

#### **ARTIGO XI**

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado, por consentimento mútuo, mediante troca de Notas diplomáticas entre as Partes.

#### **ARTIGO XII**

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, a sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia surtirá efeito 3 (três) meses após o recebimento da respectiva notificação. A denúncia não afetará as atividades que se encontrem em execução no âmbito do Projeto, salvo decisão de comum acordo das Partes.

#### **ARTIGO XIII**

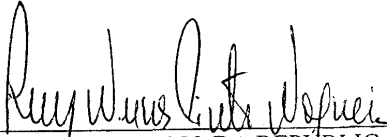
Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina.

Feito em Madri, em 30 de novembro de 2006, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos autênticos.



---

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
ARGENTINA



---

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

[ SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL ]

**Acuerdo Complementario  
al Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República  
Argentina y el Gobierno de la República Federativa del Brasil para la  
implementación del proyecto “Construcción de Cisternas Familiares y  
Validación Social de Cultivos de Hortalizas en Haití”**

El Gobierno de la República Argentina, y

El Gobierno de la República Federativa del Brasil

De ahora en adelante denominados “las Partes”

Considerando:

El Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Argentina y la República Federativa del Brasil, firmado el 9 de abril de 1996;

*El Memorandum de Entendimiento entre el Gobierno de la República Argentina y la República Federativa del Brasil para el Desarrollo de Acciones Conjuntas de Cooperación Técnica en Beneficio de Haití, firmado el 23 de mayo de 2006;*

El deseo mutuo de promover la cooperación técnica para el desarrollo, sobre la base de relaciones horizontales de beneficio mutuo y para terceros países;

Que la cooperación técnica en el área de la agricultura y gestión de recursos hídricos para riego y consumo humano reviste especial interés para las Partes;

Acuerdan lo siguiente:

**ARTICULO I**

1. El Proyecto conjunto “Construcción de Cisternas Familiares y Validación Social de Cultivos de Hortalizas en Haití”, de ahora en adelante denominado el “Proyecto”, se desarrollará sobre la base de las actividades del proyecto argentino “Autoproducción de Alimentos Frescos-ProHuerta Haití”, que se ejecuta en Haití desde septiembre de 2005.
2. El presente Acuerdo Complementario tiene por objeto la implementación del Proyecto, cuya finalidad es la ejecución de las siguientes actividades por la parte brasileña:
  - a) Validar socialmente y poner a disposición de los beneficiarios, semillas de hortalizas, especies aromáticas y medicinales, de acuerdo al Documento de Proyecto



- mencionado en el párrafo 3 del presente artículo, en la comunidad de Balan y en otras localidades que puedan ser acordadas;
- b) Poner a disposición de los beneficiarios herramientas para huertas familiares en la comunidad de Balan y otras localidades que pudieran ser acordadas;
  - c) Capacitar agentes multiplicadores haitianos en construcción de cisternas domiciliarias y gestión ecológica e integrada del uso del agua potable;
  - d) Construir cisternas familiares en Balan y otras localidades que pudieran ser acordadas;
  - e) Evaluar la calidad físico-química y microbiológica de las aguas de las comunidades en las que se ejecuten las actividades del Proyecto;
  - f) Efectuar el seguimiento del proceso iniciado en las acciones arriba mencionadas.
3. Las Partes elaborarán de común acuerdo un “Documento de Proyecto” donde se especificarán las actividades a realizar por cada institución involucrada, el presupuesto, y toda otra cuestión que resulte pertinente a fin de la ejecución del Proyecto.
4. El Documento de Proyecto contará con la aprobación del Gobierno de Haití y será aprobado y firmado por las instituciones coordinadoras y ejecutoras.

## ARTICULO II

1. El Gobierno de la República Argentina designa a:

- a) la Dirección General de Cooperación Internacional del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, como institución responsable de la coordinación, supervisión y evaluación de las actividades derivadas del presente Acuerdo Complementario, y a
- b) el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), como institución responsable de la ejecución de las actividades derivadas del presente Acuerdo Complementario que se prevean a su cargo en el Documento de Proyecto.

2. El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa a:

- a) la Agencia Brasileña de Cooperación, del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE), como institución responsable de la coordinación, supervisión y evaluación de las actividades derivadas del presente Acuerdo Complementario, y a

- b) la Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) como institución responsable de la ejecución de las actividades derivadas del presente Acuerdo Complementario que se prevean a su cargo en el Documento de Proyecto.

### ARTICULO III

1. Al Gobierno de la República Argentina le corresponde:

- a) Definir, en conjunto con la institución ejecutora, los términos de referencia de la participación argentina;
- b) Consensuar el Documento de Proyecto con la institución coordinadora de la República Federativa del Brasil, a los efectos estipulados en el artículo I, párrafo 3;
- c) Garantizar las contribuciones que le correspondan, conforme al Documento de Proyecto;
- d) Supervisar la ejecución del Proyecto;
- e) Solicitar informes a las instituciones designadas para la ejecución, con vistas al desempeño de sus atribuciones, en relación al monitoreo y evaluación de los trabajos en desarrollo;
- f) Efectuar consultas con las instituciones ejecutoras a fin de evaluar la necesidad de modificaciones y ajustes necesarios para el buen desarrollo de los trabajos;
- g) Informar y consensuar con la institución coordinadora de la República Federativa del Brasil todas aquellas actividades que las instituciones coordinadora y ejecutora argentinas desarrollen en el marco del Proyecto.

2. Al Gobierno de la República Federativa del Brasil le corresponde:

- a) Definir, en conjunto con la institución ejecutora, los términos de referencia de la participación brasileña;
- b) Consensuar el Documento de Proyecto con la institución coordinadora de la República Argentina, a los efectos estipulados en el artículo I, párrafo 3;
- c) Garantizar las contribuciones que le correspondan conforme al Documento de Proyecto;
- d) Supervisar la ejecución del Proyecto;

- e) Solicitar informes a las instituciones designadas para la ejecución, con vistas al desempeño de sus atribuciones, en relación al monitoreo y evaluación de los trabajos en desarrollo.
- f) Efectuar consultas con las instituciones ejecutoras a fin de evaluar la necesidad de modificaciones y ajustes necesarios para el buen desarrollo de los trabajos;
- g) Informar y consensuar con la institución coordinadora de la República Argentina todas aquellas actividades que las instituciones coordinadora y ejecutora brasileñas desarrollen en el marco del Proyecto.

#### **ARTICULO IV**

Los costos de implementación del presente Acuerdo Complementario serán compartidos por las Partes, sobre la base del documento de Proyecto, y teniendo en cuenta los principios de equivalencia y reciprocidad conforme surgen del artículo VIII del Acuerdo de Cooperación Técnica.

#### **ARTICULO V**

En la ejecución de las actividades previstas en el Proyecto objeto del presente Acuerdo Complementario, las Partes podrán disponer de recursos de instituciones públicas y privadas, de organizaciones no gubernamentales, de organismos internacionales, de agencias de cooperación técnica, de fondos y de programas regionales e internacionales.

#### **ARTICULO VI**

Todas las actividades mencionadas en este Acuerdo Complementario estarán sujetas a la legislación interna de las Partes y los acuerdos internacionales en vigor para la República Argentina y la República Federativa del Brasil.

#### **ARTICULO VII**

Los asuntos relacionados con los derechos de propiedad intelectual de los resultados, productos y publicaciones provenientes de este Acuerdo Complementario serán utilizados de acuerdo con las leyes vigentes en ambos países.

### ARTICULO VIII

1. Las Partes podrán hacer públicas a la comunidad técnica y científica internacional informaciones sobre los productos y las patentes derivadas de las actividades de cooperación resultantes del presente Acuerdo Complementario, siempre que sea previamente acordado por escrito.

2. En cualquier situación deberá especificarse que tanto las informaciones como los productos proporcionados son resultado de los esfuerzos conjuntos realizados por las instituciones ejecutoras de cada una de las Partes.

### ARTICULO IX

1. Las instituciones ejecutoras de ambas Partes elaborarán informes sobre los resultados obtenidos en el Proyecto, los cuales serán presentados a las instituciones coordinadoras, que procederán a su posterior intercambio.

2. Los documentos elaborados y resultantes de las actividades desarrolladas en el contexto del Proyecto a que se refiere el presente Acuerdo Complementario serán de propiedad conjunta de las Partes. La versión oficial de los documentos de trabajo será elaborada en el idioma del país de origen del trabajo. En caso de publicación de los referidos documentos, las Partes deberán ser expresamente consultadas, informadas y mencionadas en el cuerpo del documento objeto de publicación.

### ARTICULO X

El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor en la fecha de su firma y permanecerá vigente por 2 (dos) años, siendo renovado automáticamente, salvo manifestación en contrario de cualquiera de las Partes con 6 (seis) meses de anticipación.

### ARTICULO XI

El presente Acuerdo Complementario podrá ser enmendado, por consentimiento mutuo, mediante canje de notas diplomáticas entre las Partes.

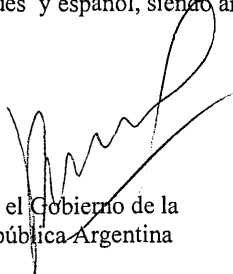
### ARTICULO XII

Cualquiera de las Partes podrá notificar, en cualquier momento, por vía diplomática, su decisión de denunciar el presente Acuerdo Complementario. La denuncia tendrá efecto 3 (tres) meses después de la recepción de la respectiva notificación. La denuncia no afectará las actividades que se encuentren en ejecución en el ámbito del Proyecto, salvo decisión de común acuerdo de las Partes.

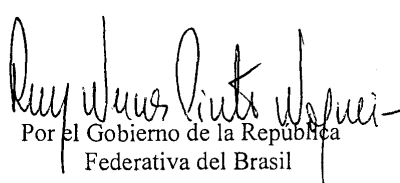
**ARTICULO XIII**

En las cuestiones no previstas en el presente Acuerdo Complementario, serán aplicadas las disposiciones del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Federativa del Brasil.

Hecho en Madrid, el 30 de noviembre de 2006, en dos ejemplares originales, en idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.



Por el Gobierno de la  
República Argentina



Por el Gobierno de la República  
Federativa del Brasil

[TRANSLATION – TRADUCTION]

SUPPLEMENTARY AGREEMENT TO THE AGREEMENT ON  
TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE GOVERNMENT OF  
THE ARGENTINE REPUBLIC AND THE GOVERNMENT OF THE  
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL CONCERNING THE  
IMPLEMENTATION OF THE PROJECT “CONSTRUCTION OF  
FAMILY CISTERNS AND SOCIAL VALIDATION OF VEGETABLE  
CROPS IN HAITI”

The Government of the Argentine Republic, and the Government of the Federative Republic of Brazil, hereinafter referred to as “the Parties”;

Taking into account:

The Agreement on technical cooperation between the Government of the Argentine Republic and the Government of the Federative Republic of Brazil, signed on 9 April 1996,

The Memorandum of Understanding between the Government of the Argentine Republic and the Government of the Federative Republic of Brazil for the development of joint technical cooperation actions for the benefit of Haiti, signed on 23 May 2006,

The mutual desire to promote technical cooperation for their development, on the basis of horizontal relations of mutual benefit and for third countries,

That the technical cooperation in the field of agriculture and the management of water resources for irrigation and human consumption is of special interest to the Parties,

Have agreed as follows:

*Article I*

1. The joint project “Construction of family cisterns and social validation of vegetable crops in Haiti”, hereinafter referred to as the “Project” shall be developed on the basis of the activities of the Argentine project “Self-production of fresh food – ProHuerta Haiti”, which has been implemented in Haiti since September 2005.

2. The aim of this Supplementary Agreement is the implementation of the Project, the purpose of which is to carry out the following activities by Brazil:

a) To socially validate and place at the disposal of the beneficiaries vegetable seeds and seeds of aromatic and medicinal herbs, in accordance with the Project Document mentioned in Paragraph 3 of this Article, in the community of Balan and in other localities that may be agreed upon;

b) To place at the disposal of the beneficiaries tools for family gardens in the community of Balan and in other localities that may be agreed upon;

- c) To train Haitian multiplier agents in the construction of home cisterns and the ecological and integrated management of the use of drinking water;
  - d) To build family cisterns in Balan and in other localities that may be agreed upon;
  - e) To evaluate the physical, chemical and microbiological quality of the water of the communities in which the Project's activities are carried out;
  - f) To monitor the processes begun with the aforementioned actions.
3. The Parties shall draw up by mutual agreement a "Project Document" that shall specify the activities to be carried out by each institution involved, the budget, and any other questions relevant to the implementation of the Project.
4. The Project Document shall have the approval of the Government of Haiti and shall be approved and signed by the coordinating and implementing institutions.

#### *Article II*

1. The Government of the Argentine Republic shall designate:
  - a) The Directorate General for International Cooperation of the Ministry of Foreign Affairs, International Commerce and Worship as the institution responsible for the coordination, supervision and evaluation of the activities derived from this Supplementary Agreement; and
  - b) The National Institute for Agricultural Technology (INTA) as the institution responsible for the implementation of the activities derived from this Supplementary Agreement which shall be considered its responsibility in the Project Document.
2. The Government of the Federative Republic of Brazil shall designate:
  - a) The Brazilian Agency for Cooperation of the Ministry of Foreign Affairs (ABC/MRE), as the institution responsible for the coordination, supervision and evaluation of the activities derived from this Supplementary Agreement; and
  - b) The Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa) as the institution responsible for the implementation of the activities derived from this Supplementary Agreement which shall be considered its responsibility in the Project Document.

#### *Article III*

1. It shall fall to the Government of the Argentine Republic to:
  - a) Define, together with the implementing institution, the terms of reference of the Argentine participation;
  - b) Agree the Project Document with the coordinating institution of the Federative Republic of Brazil, for the purpose stipulated in Article I, paragraph 3.
  - c) Guarantee the contributions that correspond to it, in accordance with the Project Document;
  - d) Supervise the implementation of the Project;

e) Request reports from the institutions designated for its implementation, with regard to the performance of their functions, in respect of monitoring and evaluating the work under way;

f) Consult the implementing institutions with the aim of assessing the need for changes and adjustments necessary for the proper implementation of the work;

g) Inform and consult the coordinating institution of the Federative Republic of Brazil about all the activities that the Argentine coordinating and implementing institutions are carrying out within the framework of the Project.

2. It shall fall to the Government of the Federative Republic of Brazil to:

a) Define, together with the implementing institution, the terms of reference of the Brazilian participation;

b) Agree the Project Document with the coordinating institution of the Argentine Republic, for the purpose stipulated in Article I, paragraph 3.

c) Guarantee the contributions that correspond to it, in accordance with the Project Document;

d) Supervise the implementation of the Project;

e) Request reports from the institutions designated for its implementation, with regard to the performance of their functions, in respect of monitoring and evaluating the work under way;

f) Consult the implementing institutions with the aim of assessing the need for changes and adjustments necessary for the proper implementation of the work;

g) Inform and consult the coordinating institution of the Argentine Republic about all the activities that the Brazilian coordinating and implementing institutions are carrying out within the framework of the Project.

#### *Article IV*

The costs of the implementation of this Supplementary Agreement shall be shared by the Parties, on the basis of the Project document and taking into account the principles of equality and reciprocity, in accordance with Article VIII of the Agreement on technical cooperation.

#### *Article V*

In implementing the activities foreseen in the Project that is the subject of this Supplementary Agreement, the Parties may avail themselves of the resources of public and private institutions, non-governmental organisations, international organisations, as well as of technical cooperation and funding agencies, and regional and international programme agencies.



*Article VI*

All the activities mentioned in this Supplementary Agreement shall be subject to the domestic legislation of the Parties and to the international agreements in force for the Argentine Republic and the Federative Republic of Brazil.

*Article VII*

Matters relating to the intellectual property rights of the results, products and publications arising from this Supplementary Agreement shall be treated in accordance with the laws applicable in both countries.

*Article VIII*

1. The Parties may disclose publicly to the international technical and scientific community information on the products and patents derived from the cooperation activities resulting from this Supplementary Agreement, provided that this has previously been agreed in writing.

2. In any situation, it shall be specified that both the information and the products supplied are the result of the joint efforts of the implementing institutions of each of the Parties.

*Article IX*

1. The implementing institutions of both Parties shall draw up reports on the results obtained under the Project which shall be submitted to the coordinating institutions and subsequently exchanged by the latter.

2. The documents drawn up and resulting from the activities carried out within the context of the Project to which this Supplementary Agreement refers shall be the joint property of the Parties. The official version of the working documents shall be drawn up in the language of the country of origin of the work. In the event of the aforementioned documents being published, the Parties shall be expressly consulted, informed and mentioned in the body of the document being published.

*Article X*

This Supplementary Agreement shall enter into force on the date of its signature and shall remain in force for two (2) years, being automatically renewed, save in the event of either of the Parties giving notice to the contrary six (6) months in advance.

*Article XI*

This Supplementary Agreement may be amended, by mutual agreement, by means of an exchange of diplomatic notes between the Parties.

*Article XII*

Either of the Parties may announce, at any time, through the diplomatic channel, its decision to terminate this Supplementary Agreement. The termination shall take effect three (3) months after receipt of the respective notification. The termination shall not affect the activities in progress within the scope of the Project, save by mutual agreement of the Parties.

*Article XIII*

The provisions of the Agreement on technical cooperation between the Government of the Argentine Republic and the Government of the Federative Republic of Brazil shall be applied to matters not foreseen under this Supplementary Agreement.

DONE in Madrid, on 30 November 2006, in two originals, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Argentine Republic:

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE COOPÉRATION  
TECHNIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE  
ARGENTINE ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE  
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL RELATIF À LA MISE EN ŒUVRE DU  
PROJET « CONSTRUCTION DE CITERNES FAMILIALES ET  
VALIDATION SOCIALE DES CULTURES MARAÎCHÈRES EN HAÏTI »

Le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil, ci-après dénommés « les Parties »,

Considérant :

L'Accord de coopération technique entre la République argentine et la République fédérative du Brésil, signé le 9 avril 1996,

Le Mémoire d'Accord entre le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil pour le déroulement d'actions conjointes de coopération technique au bénéfice d'Haïti, signé le 23 mai 2006,

Le désir conjoint de promouvoir la coopération technique pour le développement, sur la base de relations horizontales pour leur bénéfice mutuel et pour des pays tiers,

Que la coopération technique dans le domaine de l'agriculture et de la gestion de ressources en eau pour l'irrigation et la consommation humaine revêt un intérêt particulier pour les Parties,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article premier*

1. Le Projet « Construction de citernes familiales et validation sociale des cultures maraîchères en Haïti », ci-après dénommé le « Projet », sera développé sur la base des activités du Projet argentin « Autoproduction d'aliments frais – ProHuerta Haïti », qui est exécuté en Haïti depuis septembre 2005.

2. Le présent Accord complémentaire a pour objectif la mise en œuvre du Projet, dont la finalité est l'exécution des activités suivantes par la Partie brésilienne :

a) Valider socialement et mettre à la disposition des bénéficiaires, des graines de légumes, des espèces aromatiques et médicinales, selon le document de projet mentionné au paragraphe 3 du présent article, dans la communauté de Balan et dans d'autres localités qui peuvent être convenues;

b) Mettre à la disposition des bénéficiaires des outils pour l'exploitation de jardins potagers familiaux dans la communauté de Balan et dans d'autres localités qui peuvent être convenues;

c) Former des agents multiplicateurs haïtiens spécialisés en construction de citernes familiales et en gestion écologique et intégrée de l'utilisation de l'eau potable;

d) Construire des citernes familiales à Balan et dans d'autres localités qui peuvent être convenues;

e) Évaluer la qualité physique, chimique et microbiologique des eaux des communautés où sont menées à bien les activités du Projet;

f) Faire le suivi du processus initié dans les actions mentionnées ci-dessus.

3. Les Parties rédigeront un « document de projet » dans lequel seront spécifiées les activités à réaliser par chacune des institutions concernées, le budget, et toute autre question pertinente pour l'exécution du Projet.

4. Le document de projet sera approuvé par le Gouvernement d'Haïti et approuvé et signé par les institutions de coordination et d'exécution.

## *Article II*

1. Le Gouvernement de la République argentine désigne :

a) La Direction générale pour la coopération internationale du Ministère des relations extérieures, du commerce international et du culte, comme institution responsable de la coordination, de la supervision et de l'évaluation des activités découlant du présent Accord complémentaire; et

b) L'Institut national de technologie agricole (INTA), comme institution responsable de la mise en œuvre des activités dérivées du présent Accord complémentaire qui lui sont attribuées dans le document de projet.

2. Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :

a) L'Agence brésilienne de coopération du Ministère des relations extérieures (ABC/MRE), comme institution responsable de la coordination, de la supervision et de la mise en œuvre des activités dérivées du présent Accord complémentaire; et

b) La société brésilienne de recherche agricole (Embrapa), comme institution responsable de la mise en œuvre des activités dérivées du présent Accord complémentaire qui lui sont attribuées dans le document de projet.

## *Article III*

1. Le Gouvernement de la République argentine est chargé de :

a) Définir, avec l'institution chargée de la mise en œuvre, les termes de référence de la participation argentine;

b) S'entendre sur le document de projet avec l'institution de coordination de la République fédérative du Brésil, aux fins énoncées à l'article premier, paragraphe 3;

c) Garantir les contributions qui lui sont attribuées, conformément au document de projet;

d) Superviser la mise en œuvre du Projet;

e) Demander des rapports aux institutions désignées pour l'exécution du Projet, pour l'exercice de ses attributions en matière de suivi et d'évaluation des travaux en cours;

f) Consulter les institutions chargées de l'exécution afin d'évaluer la nécessité d'apporter des modifications et des ajustements nécessaires à la bonne exécution des travaux;

g) Informer et convenir avec l'institution de coordination de la République fédérative du Brésil toutes les activités que les institutions de coordination et d'exécution argentines développent dans le cadre du Projet.

2. Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil est chargé de :

a) Définir, avec l'institution chargée de la mise en œuvre, les termes de référence de la participation brésilienne;

b) S'entendre sur le document de projet avec l'institution de coordination de la République argentine, aux fins énoncées au paragraphe 3 de l'article premier;

c) Garantir les contributions qui lui correspondent, selon le document de projet;

d) Superviser la mise en œuvre du Projet;

e) Demander des rapports aux institutions désignées pour l'exécution du Projet, pour l'exercice de ses attributions en matière de suivi et d'évaluation des travaux en cours;

f) Consulter les institutions chargées de l'exécution afin d'évaluer la nécessité d'apporter des modifications et des ajustements nécessaires à la bonne exécution des travaux;

g) Informer et convenir avec l'institution de coordination de la République argentine toutes les activités que les institutions de coordination et d'exécution brésiennes développent dans le cadre du Projet.

#### *Article IV*

Les frais de mise en œuvre du présent Accord complémentaire seront partagés par les Parties, sur la base du document de Projet, et en tenant compte des principes d'équivalence et de réciprocité conformément aux dispositions de l'article VIII de l'Accord de coopération technique.

#### *Article V*

Dans la mise en œuvre des activités du Projet visé par le présent Accord complémentaire, les Parties peuvent disposer de ressources provenant d'institutions publiques et privées, d'organisations non gouvernementales, d'organisations internationales, d'agences de coopération technique, de fonds et programmes régionaux et internationaux.

#### *Article VI*

Toutes les activités mentionnées dans le présent Accord complémentaire seront soumises à la législation interne des Parties et aux accords internationaux en vigueur pour la République argentine et la République fédérative du Brésil.

*Article VII*

Les questions liées aux droits de propriété intellectuelle des résultats, des produits et des publications issues du présent Accord complémentaire seront traitées en conformité avec les lois en vigueur dans les deux pays.

*Article VIII*

1. Les Parties peuvent rendre publiques à la communauté technique et scientifique internationale des informations sur les produits et les brevets découlant des activités de coopération réalisées en vertu du présent Accord complémentaire, pour autant que cela ait été préalablement convenu par écrit.

2. Dans toutes les situations, il faudra spécifier que tant les informations que les produits fournis sont le résultat d'efforts conjoints réalisés par les institutions chargées de la mise en œuvre de chacune des Parties.

*Article IX*

1. Les institutions des deux Parties chargées de l'exécution prépareront des rapports sur les résultats obtenus dans le Projet. Ces résultats seront présentés aux institutions coordonnatrices, qui procéderont ensuite à leur échange.

2. Les documents élaborés et résultant des activités développées dans le cadre du Projet auquel fait référence le présent Accord complémentaire, appartiendront conjointement aux Parties. La version officielle des documents de travail sera élaborée dans la langue du pays d'origine du travail. Dans le cas où ces documents seraient publiés, les Parties devront être expressément consultées, informées et mentionnées dans le corps du document qui fait l'objet de la publication.

*Article X*

Le présent Accord complémentaire entrera en vigueur à la date de sa signature, pour une durée de deux (2) ans, et il sera automatiquement reconduit, à moins que l'une ou l'autre Partie ne fasse part, avec un préavis de six (6) mois, de son intention de ne pas le renouveler.

*Article XI*

Le présent Accord complémentaire pourra être amendé, sur consentement mutuel, moyennant un échange de notes diplomatiques entre les Parties.

*Article XII*

L'une ou l'autre Partie pourra notifier, à tout moment, par la voie diplomatique, sa décision de dénoncer le présent Accord complémentaire. La dénonciation prendra effet

trois (3) mois après la réception de la notification respective. La dénonciation n'affectera pas les activités en cours d'exécution dans le cadre du Projet, sauf sur décision prise d'un commun accord entre les Parties.

*Article XIII*

Pour toutes les questions non prévues par le présent Accord complémentaire, les dispositions de l'Accord de coopération technique entre le Gouvernement de la République argentine et le Gouvernement de la République fédérative du Brésil seront appliquées.

FAIT à Madrid, le 30 novembre 2006, en deux exemplaires originaux en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République argentine :

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :